

## Tese ALERTA UNICAMP Compromisso com os trabalhadores

### O STU e a Proporcionalidade

O **ALERTA UNICAMP** retornou ao sindicato na última eleição. O XII Congresso aprovou o retorno da proporcionalidade no sindicato desta vez qualificada, exigindo um mínimo de 10% dos votos da categoria para chapa eleger diretores. A eleição do Sindicato se deu após dificuldades da gestão Vamos a Luta, que levou a antecipação da eleição do sindicato. Foi a primeira vez desde a fundação do STU que uma diretoria não consegue completar o mandato.

A atual gestão do sindicato tem tocado as lutas dos trabalhadores da Unicamp. Assumi e já teve que encaminhar a greve de 112 dias em 2014, que impôs uma derrota ao CRUESP ao garantir a reposição da inflação. Encaminhou as demandas da campanha salarial desse ano, garantindo a negociação da referência para todos, caso se atinja R\$92,2 bi na arrecadação, com objetivo de avançar na isonomia. Tocou a greve de oito dias que tinha como objetivo denunciar os supersalários e a dupla matrícula, apontando para a prioridade da isonomia, mesmo tendo a maioria da diretoria, inclusive o **ALERTA UNICAMP**, discordância com o encaminhamento aprovado na assembleia.

A atual gestão também repôs a rotina de reuniões ordinárias da diretoria como instrumento de organização da categoria e realizou todas as assembleias quando a conjuntura ou o estatuto do sindicato exigiu. O sindicato segue seu curso democrático e agora realizará o XIII Congresso.

Na condução da gestão a diretoria aprovou o retorno do escritório do Dr Cremasco para tocar o jurídico do STU. O **ALERTA UNICAMP** considera que houve um prejuízo para categoria, quando se trocou um jurídico que foi aprovado em assembleia. O atual jurídico tem feito vários encaminhamentos importantes, respondendo as demandas da categoria. Considera também equivocado o fim do Fundo Jurídico, criado na gestão Alerta, que possibilitava recursos para ser aplicado nas contratações de Peritos, sucumbências, etc. Vamos reapresentar essa proposta no Congresso com vistas a retomar o Fundo Jurídico.

É preciso considerar que o sindicato recuperou a capacidade de tocar projetos que haviam sido construídos na gestão do **ALERTA UNICAMP**. O atual Termo de Ajuste de Conduta sobre Assédio Moral é uma vitória da categoria. Estamos retomando outro acordo que trata das condições de trabalho e também os projetos de construção da sede do STU.

Essas são questões que mostram acertos, mas também muitas dificuldades na diretoria. São poucos avanços organizativos. O Conselho de Representantes ainda não emplacou e continua as dificuldades na organização.

Diante do atual quadro de dificuldades uma avaliação que surge é que as dificuldades existem em decorrência da proporcionalidade. Hoje são quatro chapas que atuam no sindicato: ALERTA UNICAMP – 9 diretores, Vamos a Luta – 8 diretores, Grupo Apesar 5 diretores, Lutar pra Valer 5 diretores. O **ALERTA UNICAMP** já apoiou e foi crítico desse modelo de eleição. Nesse momento entendemos como equivocado atribuir a proporcionalidade os problemas do STU. Eles são decorrentes das dificuldades conjunturais do movimento sindical que sofre os efeitos do neoliberalismo e do individualismo, mas também tem influência de concepções que

atuam no STU com visões voluntaristas, que não valorizam a construção organizativa da categoria. Esse é um debate que o Congresso vai aprofundar e que já esteve presente na crise da diretoria na gestão Vamos a Luta. Ele será resolvido no debate político e não adianta artificializá-lo na forma da organização. Portanto, a tese **ALERTA UNICAMP** defende que a proporcionalidade seja mantida como uma experiência de organização sindical, conforme aprovado no último Congresso.

- *O XIII Congresso deve manter a proporcionalidade conforme consta no Estatuto do sindicato;*
- *O STU deve dar ampla divulgação sobre o acordo que gerou a TAC do Assédio Moral, aprofundando a discussão sobre ações comuns com DCE e Adunicamp, além de aprofundar a troca de experiência com outras categorias. Devemos ter como meta a realização de um seminário anual para balanço do Termo de Acordo;*
- *O STU deve fortalecer o Departamento de aposentados, aprimorando a política de comunicação e realização de atividades e eventos que mantenham os aposentados conectados com o sindicato; Deve ainda apoiar e cobrar iniciativas feitas pela universidade como as que criaram a universidade da terceira idade;*
- *O STU deve incorporar a proposta de pauta do Depto de aposentados, apresentada na forma de contribuição ao XIII Congresso;*
- *O STU deve recolocar nas suas metas para o 1º semestre de 2016 o fortalecimento e reorganização do Conselho de Representantes; bem como investir nas Organização por Local de Trabalho- OLT;*
- *O STU deve aprofundar a relação com a CIPA com vistas a apoiar e participar de atividades que tratam da defesa da saúde do trabalhador e segurança do trabalho;*
- *O STU deve retomar o trabalho de Comissões específicas que possam discutir, formular e encaminhar políticas de temas como Carreira, saúde do trabalhador, Esporte, Cultura, Educação, racial, gênero, LGBTT, etc. As coordenações das respectivas áreas, com apoio da diretoria, devem impulsionar esse modelo de organização;*
- *O STU deve adequar projeto de construção da sede do sindicato com vistas a viabilizar a ocupação do terreno do sindicato que fica ao lado da Adunicamp;*
- *O STU deve retomar projeto jurídico que prevê que das causas ganhas no judiciário, através do jurídico do STU, 5% seja destinado para o STU com vistas a arcar com sucumbências, perícias, pagamento escritório, etc;*

### **Avançar nas lutas e conquistas na Unicamp**

Nossa pauta de reivindicações tem conquistado avanços ao longo dos anos. Conquistas como o auxílio alimentação, sexta-parte, mudança de regime, programas educativos, isonomia, 30 hs na saúde, exigiram sempre muita luta. O reitor Tadeu na consulta pra reitor incorporou no seu programa vários itens da pauta dos trabalhadores. Esses compromissos garantiram a sua eleição, principalmente pelo forte apoio dos funcionários. Houve avanços na medida em que se eliminaram entulhos autoritários da gestão anterior que deixou um legado de punições e descontos para os trabalhadores que fizeram a greve de 2011. Além disso, tratou de regulamentar o estágio probatório, tirando seu caráter autoritário que excluía os funcionários do direito de votar e ser votado. Sob alegação de crise ou equívocos de interpretações

jurídicas proposta como a isonomia e mudança de regime, ainda não se concretizaram. Mesmo discussões como às 30h, deixaram de fora setores que o sindicato entende que deveriam ser contemplados. Nesse momento com auxílio alimentação congelado, carreira congelada, os trabalhadores amargam prejuízos. Mesmo nos programas educativos onde os professores cobram oficialmente esse reconhecimento, ele ainda não aconteceu. Há na diretoria do STU um debate de concepção dos mesmos “voluntaristas” que entendem que o centro da ação sindical na Unicamp é desmoralizar e derrotar o atual reitor, sem apresentar nenhum debate alternativo de projeto de universidade. A discussão se reduz a um debate sectário e divisionista. Chegaram mesmo a soltar materiais na categoria caracterizando todos os demais grupos da diretoria do STU como “pelegos”. Para o **ALERTA UNICAMP** a luta sindical exige responsabilidade e compromisso com os trabalhadores. Temos larga experiência em mobilização e lutas na Unicamp pra saber que não adianta só falar mal do reitor e fazer o discurso da negação - é preciso enfrentar o debate ideológico e organizativo para ter os trabalhadores conosco na luta. Na história das nossas lutas quando isso aconteceu tivemos vitórias, acumulamos força, reforçamos a unidade e fortalecemos a universidade pública. Nosso congresso deve reafirmar o compromisso com nossa pauta e reafirmar caminhos de luta e mobilização para avançar nas conquistas. Deve ainda, exigir mais transparência da universidade para acabar com o supersalários, as duplas matrículas e outros privilégios usurpados da universidade pública. Também a luta pela democracia. É de um enorme prejuízo a Unicamp fazer um debate formal de reforma dos Estatutos, limitando a discussão ao Consu, sem um amplo debate com a comunidade. **O ALERTA UNICAMP** tem pautado a diretoria do STU e seu representante no Consu tem encaminhado às formulações na discussão dos Estatutos que apontam para democratização da Universidade, mas para esse processo avançar é preciso força e pressão da comunidade. Por isso, o STU deve aprofundar o debate sobre qual universidade queremos, para que os processos como esse da reforma dos estatutos ou de escolha de reitor, não se limite a discutir pauta de reivindicações, mas democracia e compromissos com a universidade pública e a inclusão social.

- ***O XIII congresso reafirma a defesa da pauta de reivindicação dos trabalhadores, exigindo a negociação com a entidade de seus itens;***
- ***O XII Congresso exige da Unicamp mecanismos de transparência e cumprimento da lei para por fim aos supersalários, dupla matrícula e outros privilégios usurpados da universidade pública;***
- ***Reafirmar nossa luta pela democracia: paridade, eleições diretas e estatuinte paritária para reforma dos estatutos e políticas de inclusão;***
- ***O STU deve promover debates e formulações dos trabalhadores a cerca de qual universidade queremos;***

### **A área de saúde da Unicamp**

Essa é a principal ponte entre a Unicamp e a comunidade. Os hospitais da Unicamp são peças-chaves na estruturação do SUS na nossa região e também fora dela. Para o STU a luta é para que a área de Saúde continue vinculada a Unicamp, produzindo ensino pesquisa e extensão, atendendo exclusivamente pelo SUS. Mas não podemos fechar os olhos diante das

dificuldades dos trabalhadores que sofrem com a falta de condições de trabalho, pressão, assédios, etc. Recentemente retomamos às 30h na saúde. Essa é uma conquista histórica dos trabalhadores, fruto de muitas lutas e greves, retiradas durante a gestão Tadeu em 2006. Ainda há setores que precisam avançar nas 30h.

- ***O STU deve retomar um acompanhamento contínuo das condições de trabalho na área, retomando o acordo que tratou das condições de trabalho;***
- ***Deve organizar uma Comissão de Saúde do HC e Caism, buscando construir essa organização com os cipeiros das respectivas áreas;***
- ***O STU deve efetivar a contratação de profissional, capaz de contribuir na organização e debate das condições de trabalho e produzir laudos sobre condições de trabalho, visando negociações internas e eventuais processos judiciais;***
- ***O STU deve retomar gestões para que tenha espaço físico para sede do STU na área de saúde, enquanto não tem a sede encaminhar como tarefa dos liberados plantão semanal na área;***

### **A terceirização na Unicamp**

A Unicamp é um laboratório e modelo de terceirização na área pública. Faz isso desde o início dos anos noventa, quando decidiu substituir vagas permanentes, por vagas terceirizadas. Utiliza a FUNCAMP e empresas terceirizadas para isso. Os trabalhadores terceirizados sofrem com a precarização: tem menos direitos, salários menores e ainda tem a pulverização da representação sindical. O Sindicato luta contra a terceirização na Unicamp e já o fez denunciando a terceirização judicialmente, mobilizando os trabalhadores por direitos e transformando o STU numa frente de todos os trabalhadores, inclusive os terceirizados.

Atualmente tem a crise com os “contratos de gestão” com a FUNCAMP. Impedida de contratar pela FUNCAMP com recurso orçamentário, a Unicamp passou a utilizar essa modalidade de contrato para expandir a terceirização, colocando essa estrutura, inclusive, a serviço das AMES na nossa região. Recentemente vários trabalhadores foram demitidos na área de manutenção porque a MP entendeu que a FUNCAMP como instituição de direito privado não poderia ter a prerrogativa da gestão de serviços e áreas que tem concorrência no mercado. Foi obrigada a fazer processo de licitação e perdeu. Além de demitir trabalhadores com experiência, a perspectiva é que a empresa que entre vai piorar ainda mais as condições de trabalho. Essa é a mesma relação das empresas terceirizadas. Cada vez que acaba um contrato, as principais vítimas são os trabalhadores.

- ***O STU deve retomar e fortalecer o apoio à organização da Comissão de Trabalhadores da FUNCAMP – CTF, como instrumento de organização dos trabalhadores FUNCAMP. O objetivo é a legitimação da Comissão como instrumento de representação para que a Unicamp/FUNCAMP não continuem utilizando a legalidade da representação sindical como instrumento de divisão dos trabalhadores;***
- ***O STU deve continuar a luta contra terceirização, organizando e dando todo apoio a esses trabalhadores. Denunciando e responsabilizando a Reitoria pela precarização do trabalho na Unicamp;***

- ***Deve continuar somando forças na mobilização das Centrais Sindicais na luta contra o PL 4330/2004, que virou PLC 30/15, que propõe expandir a terceirização para todas as atividades;***

### **Fortalecer a Unidade e defender a inclusão**

A unidade de professores, funcionários e estudantes nos trouxe até aqui, garantindo a autonomia da USP, Unicamp e UNESP e a defesa da Universidade Pública e gratuita. Fortalecer as ações conjuntas, através do Fórum das Seis é a garantia de enfrentar os ataques, sejam do governo do Estado ou das reitorias. Mas nossa luta tem ficado mais difícil. É preciso avançar na discussão de políticas inclusivas. As universidades públicas paulistas têm que estar comprometidas com políticas de expansão que visam incluir alunos de escolas públicas, estabelecendo uma conexão de sistema público de ensino, prevendo a entrada de negros e indígenas. É preciso debater e romper com o caráter elitista e meritocrático das universidades paulistas.

- ***O STU deve pautar o Fórum das Seis para que discuta na Unicamp, USP e UNESP políticas de inclusão que garanta maioria de vagas nas universidades públicas paulista para egressos da escola pública, preservando a cota de negros e indígenas de acordo com dados do IBGE; Deve também discutir políticas de acesso que rompa com a forma meritocracia e elitizada imposta pelo atual vestibular;***
- ***O STU deve promover campanhas pela democratização do acesso a Unicamp, reafirmando que o sistema de ensino superior público deve estar conectado com o Ensino Médio público, garantindo a esse a prioridade na maioria das vagas da Unicamp, com políticas de cotas para negros e indígenas;***
- ***O STU deve promover ações que tencionem o debate da inclusão, estabelecendo com movimento estudantil e movimentos sociais projetos, campanhas e mobilizações que reforcem a luta pela inclusão;***
- ***O STU deve incorporar na sua pauta campanha para que a APEOESP e a UPES componha o Consu da Unicamp, estabelecendo dessa forma a conexão com os estudantes secundaristas e os professores da rede pública;***

### **Unificar os sindicatos da Unicamp, USP e UNESP**

Na organização sindical, frente às tentativas de enfraquecer os técnicos administrativos com os processos de terceirização, quebra da isonomia, dentre outros; é urgente começar a articular a unificação dos sindicatos da Unicamp, USP, UNESP, numa única base com vistas a resistir e fortalecer a nossa luta. Diferente dos docentes que se unificam em torno de uma carreira única e uma relação de poder mais privilegiada nas universidades os técnicos administrativos são a vítima principal dos processos de ajustes e precarização.

- ***O STU deve tomar iniciativas de discutir com as direções do Sintusp e Sintunesp a proposta de unificação dos sindicatos, visando abrir o debate da unificação nas três categorias e a definição de um calendário;***

### **Nossa relação com as Centrais Sindicais**

O STU surgiu já filiado a CUT, cujo processo se deu ainda na gestão da ASSUC. Foram muitas as discussões, críticas e debates ao longo dos nossos Congressos sobre o papel da CUT. No IX Congresso realizado em 2007 foi aprovada a desfiliação da CUT e por mais dos 2/3 dos delegados presentes a participação do STU na criação da CTB com indicação de filiação.

A CUT por mais de duas décadas foi um veio articulador do movimento sindical progressista no Brasil. As posições aparelhistas e antidemocráticas e as concepções conciliadoras da corrente majoritária, foi ao longo dos anos afastando correntes e concepções que viam na CUT o espaço de unidade. Dessa forma a CUT que aglutinou, devido às posturas de seus dirigentes, passou a ser a razão da pulverização e divisão do movimento sindical progressista.

A CTB surge em 2007 com a tarefa de unir todos os sindicalistas comprometidos com os trabalhadores e com visão classistas. A Central vem cumprindo esse papel, sendo a Central que mais cresceu no país nesse curto espaço de tempo. Consideramos importante o STU retomar a filiação a CTB e contribuir para o fortalecimento de uma articulação nacional na defesa do sindicalismo classista e unitário.

- ***O STU deve discutir a sua refiliação a CTB. Contudo é importante que se aprofunde o debate sobre as várias concepções que permeiam o debate das centrais. Devemos reafirmar deliberação do STU que aprovou a representação dos trabalhadores da Unicamp, de forma proporcional a votação da direção do STU, nos Congressos das Centrais, como forma de aprofundar esse debate, avançando para discussão da filiação no próximo congresso do STU.***

### **Conjuntura Internacional**

O século XX foi marcado pela continuidade da política colonial, mas também pela experiência da chegada dos trabalhadores ao poder com a vitória na revolução Russa de 1917. As duas grandes guerras mundiais definiram uma nova geografia e dois blocos de influência hegemônicos pelos EUA e a URSS. O fim da URSS no início dos anos 1990 do século passado, deixou os EUA como potência imperialista única e comprometida com a expansão de uma globalização neoliberal, sob controle do sistema financeiro. Nos nossos Congressos tivemos a oportunidade de aprofundar esses debates. Nesse XIII Congresso é preciso atualizar essa leitura do que está acontecendo no mundo.

Se tem uma vitória do imperialismo americano é o fato de ter conseguido ao longo das décadas do pós-guerra, ter fincado a ideia de que era portador da democracia e das liberdades. A antítese dessa tese era construída em cima da derrota do comunismo, tido como autoritário e antidemocrático. Apesar dessa construção ideológica, na real as intervenções dos EUA desde a guerra da Coreia, passando pelo Vietnã, pelos golpes militares na América Latina, Afeganistão, Iraque e mais recentemente na Síria, tiveram o papel de reprimir povos e sua soberania e garantir a influência militar e econômica dos EUA e seus aliados. Apesar de enfraquecido do ponto de vista ideológico, a lógica do imperialismo americano continua a mesma.

Atualmente as disputas se dão em torno de um mundo mais multipolar, onde um conjunto de nações possam influenciar, inclusive mudando a correlação de forças em estruturas criadas

após a segunda guerra mundial, como na ONU, por exemplo, onde cinco países tem o poder de veto. Nesse sentido a movimentação de países como China, Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, é emblemática, pois, além de possuir cerca de 40% da população do planeta e deter cerca de 20% da economia mundial, criaram um bloco para ações mais comuns (BRICS), que tende a influenciar a economia e a política internacional.

Para o **ALERTA UNICAMP** nosso papel é continuar denunciando e mobilizando contra as ações do imperialismo americano e seus aliados, que continua produzindo golpes, guerras e intervenções. A barbárie provocada por essas ações imperialistas alimentam o fundamentalismo religioso, a miséria e produz situações como temos assistido dos refugiados tentando entrar na Europa.

O capitalismo continua sendo um sistema que cada vez mais produz crises que vão se tornando mais sistêmicas. Ainda estamos sob efeito da crise de 2008 (subprime) que teve origem nos EUA e afetou boa parte da economia do planeta. A lógica que continua se impondo é a da financeirização da economia, com os interesses dos bancos se sobrepondo a tudo. A lógica dessa política financeira é a investida dos especuladores sobre a soberania dos países (enfraquecer para privatizar), especulação e concentração da riqueza. A vítima mais recente dessa política foi à Grécia que vive uma profunda crise financeira e política, sendo chantageada pelo sistema financeira, sob a batuta do governo Alemão que serve aos interesses dos bancos da União Europeia.

A China continua sendo um contraponto importante ao imperialismo americano. Embora sua economia seja de complementariedade a economia dos EUA, continua mantendo índices de crescimento que vão permitir que logo seja a principal economia do mundo. A China adotou uma política que preservou sua soberania e ao mesmo tempo permitiu em poucos anos se transformar numa potência econômica, tecnológica, logrando investir num processo de mobilidade planejada nunca visto no mundo, já que lá vive cerca de 1/5 da população do mundo (1,3 bi), sendo que metade ainda vive no campo. A China, além de uma potência econômica, vai procurando buscar seu papel na geopolítica mundial, apostando em alternativas como os BRICS, bloco que junta emergentes como Brasil, Rússia, China, África do Sul, Índia, G-20, além de fortalecer blocos regionais e promover investimentos externos pautados nas relações mutuas de interesses nacionais.

Cabe destacar ainda o papel da Rússia no cenário internacional que apesar da influência política que perdeu após o fim da URSS, ainda é uma potência militar capaz de fazer frente ao imperialismo americano e exerce uma importante influência no seu entorno.

Na América Latina, forças populares utilizaram o caminho institucional para chegar aos governos e construíram entre meados dos anos 1990 e 2010 políticas antineoliberais importantes, com inclusão social e respeito à soberania. Atualmente a maioria desses países amargam retrocessos com a crise econômica, tendo a pressão das elites locais e do imperialismo para retroceder nas conquistas e retomar o caminho da submissão e do neoliberalismo. Podemos dizer que essas são situações bastante evidentes em países como Brasil, Argentina, Venezuela e Equador. No Paraguai e Honduras avançaram para um modelo de golpe “branco”, construído a partir de uma política de desestabilização política, econômica

e moral, alimentado por guerra midiática. Esse modelo de golpe é exportado na tentativa de fazer o mesmo nos demais países.

A pressão é para derrotar as políticas que visam integrar a América do Sul, como o MERCOSUL e a Alba e fazer prevalecer políticas de subordinação aos interesses dos EUA. A luta ganha contornos de resistência e enfrentamento permanentes. Num ambiente econômico desfavorável, com especulação financeira e desestabilização política, só a força dos movimentos sociais será capaz de preservar conquistas e avançar em mudanças estruturais no nosso continente, capaz de aproximar os trabalhadores e derrotar os interesses do imperialismo e da elite entreguista.

### **As conquistas sociais da revolução cubana e a globalização neoliberal**

É emblemático para os povos da América Latina o esforço do povo cubano que enfrentaram toda forma de pressão e privação para manter sua soberania e as conquistas sociais da revolução, sobretudo nas áreas de educação e saúde. Cuba tem uma economia sem muitos recursos, mas solidária. Tem também uma ação solidária em relação aos demais povos. É reconhecido o papel de Cuba que coloca seus conhecimentos na área da medicina para ajudar outros povos. A recente decisão do governo dos EUA de acabar com o bloqueio econômico e reatar relações diplomáticas com Cuba se devem ao fato de avaliar que o embargo não conseguiu derrotar o heroico povo cubano. Além disso, o apoio político e econômico e a solidariedade dos demais países da América Latina foram importantes para resistência de Cuba. Os EUA idealizam utilizar sua influência econômica para difundir a lógica do individualismo e consumo e assim enfraquecer a solidariedade e as conquistas sociais. Ao povo cubano e seus dirigentes caberá à reafirmação das conquistas e utilizar o potencial político, econômico e social do seu povo para desenvolver Cuba, dentro da lógica da solidariedade.

- ***Pela autodeterminação dos povos. Contra a intervenção imperialista que tem provocado guerras, conflitos e fundamentalismo religioso, destruindo povos e nações;***
- ***Solidariedade e apoio ao povo cubano e a defesa das conquistas da revolução;***
- ***Apoio a revolução bolivariana, iniciada por Hugo Chaves, que tem por objetivo a soberania e integração dos povos latinos americanos visando a emancipação dos povos e a construção do novo socialismo;***
- ***Em defesa do povo palestino que se defende como podem projeto sionista do Estado de Israel, que invade terras, destroem moradias e constroem muros, deixando um rastro de sangue e injustiças pelo caminho;***
- ***Defesa e solidariedade aos Líbios, Sírios, Iraquianos, em defesa de sua autodeterminação, soberania; repúdio a construção de muros transformando povos em povos sem pátria.***
- ***Defesa e solidariedade à luta dos povos latinos americanos, que lutam por soberania, respeito à cultura e defesa das conquistas;***
- ***STU deve retomar a participação em Fóruns de discussão e mobilização, visando à luta contra o neoliberalismo e o imperialismo e a solidariedade entre os povos;***

**Defender a democracia e avanços nas conquistas dos trabalhadores como saída para crise**



Recentemente o país vem se deparando com um conjunto de manifestações de rua. De um lado estão público majoritário de classe média que protestam contra o governo, mas vão para as ruas com uma pauta moralista e conservadora, que incorpora a luta contra corrupção. Misturados nesta manifestação estão segmentos reacionários, que evocam, inclusive, o retorno da ditadura militar. Nesta pauta esta embutida também impeachment da presidente Dilma. Esse movimento vem acompanhado de forte apoio da mídia monopolista e de partidos de oposição, principalmente o PSDB que protagonizou a implantação do neoliberalismo no Brasil durante o governo de FHC.

Do outro lado das manifestações estão movimentos sociais organizados que reconhecem as conquistas dos 13 anos de governo Lula/Dilma que promoveram mobilidade social e reduziram significativamente a fome e a miséria. Defendem a democracia e contra o golpe, querem a continuidade de políticas como bolsa família e valorização do salário mínimo, mas cobram do governo medidas para retomar o emprego, avanços na reforma agrária e o fim do ajuste fiscal. Querem o fim da corrupção e do financiamento privado nas campanhas políticas. Defende que ao invés de golpe, temos que aprofundar a democracia, criando mais espaços de participação popular nas decisões. Defendem, ainda, mais impostos para os ricos que praticamente não pagam impostos no Brasil. Dados da receita federal dão conta que 1% da população detém 30% da renda nacional. Dados do SINPROFAZ apontam que desde o início de 2015 a sonegação já atingiu R\$ 420 bilhões. Nos últimos 12 meses o governo brasileiro gastou R\$ 484 bilhões com pagamento de juros da dívida, que hoje já chegou a valor estratosférico de 14,25%. Esse sim é o maior programa de transferência de renda do Estado para o bolso dos ricos, já que o programa bolsa família gasta R\$ 28 bi, quantia irrisória perto do pagamento dos juros.

O neoliberalismo na América Latina produziu ataque à soberania com as privatizações do patrimônio público, trouxe desemprego, aumento da violência, arrocho salarial e descaso com as políticas públicas. Quando países importantes da América Latina veem emergir das eleições governos apoiados por forças populares, conduzindo projetos soberanos, democráticos e inclusivos, se abre novas perspectivas de futuro.

Foi esse movimento que iniciou no Brasil com a eleição de Lula em 2002. Uma alternativa popular, com a perspectiva de aprofundar a democracia, a soberania nacional e promover justiça social. É reconhecido internacionalmente a mobilidade que ocorreu no Brasil tirando milhões da pobreza, também as políticas de valorização do salário mínimo e inclusão social, da valorização dos salários e da geração de empregos. Quando teve a crise econômica de 2008 o governo Lula a invés do ajuste apontou para uma política de crescimento da economia com base no consumo.

Não estamos falando de uma economia qualquer, o Brasil é a sétima economia do mundo. Aqui as contradições são grandes e a elite dominante é conservadora e historicamente sempre resistiu a apostar num projeto nacional de desenvolvimento. Os governos Lula e Dilma promoveram o crescimento com base no investimento público. Quando reduziu a capacidade do país em ter saldos comerciais, principalmente quando diminui as importações pela China a produtos brasileiros, as dificuldades apareceram. As elites avaliavam que as dificuldades econômicas levariam a derrota de Dilma nas eleições de 2014 e já traçavam as

estratégias de retomada do projeto neoliberal e a desconstrução do legado dos governos Lula e Dilma. Foi exatamente esse legado que garantiu a reeleição de Dilma com 52 milhões de votos, frustrando o projeto das elites, que trabalharam pela eleição de Aécio Neves/PSDB. Ao não aceitar o resultado da eleição a elite utilizando os meios de comunicação, os erros cometidos pelo PT, as estruturas de Estado, as fragilidades do governo no congresso, criou um ambiente de crise política com mobilização predominante da classe média para derrubar a presidente.

Dilma eleita não teve habilidade e força política para reafirmar um projeto de mudanças com inclusão, apesar de fazê-lo na retórica. Optou por um ajuste fiscal que promove recessão, desemprego e transfere bilhões para a banca financeira. Falta recurso para manter os programas sociais, a educação a saúde, mas sobra para pagar juros. Com a “faca no pescoço” Dilma se vê diante da pressão do golpe dos que querem retirar o mandato popular e manter uma política econômica que beneficiam os ricos e os trabalhadores e os movimentos sociais que não aceitam a ajuste e querem empregos e investimentos nas políticas públicas e serviços públicos.

- ***O STU é contra o golpe na forma de impeachment. Defende o mandato popular da presidente. Reitera sua posição contra o ajuste fiscal do governo e todas as medidas que representam retrocessos para os trabalhadores;***
- ***O STU reafirma que um projeto de mudanças precisa de Reformas estruturais como a tributária, das comunicações, agrária e urbana, capazes de dotar o país de estruturas democráticas e sociais fundamentais para solidificar um processo de mudanças sociais;***
- ***Reafirma seu compromisso para que a saúde e educação tenham centralidade no investimento público;***
- ***O STU apoia os projetos que tratam de incluir na política tributária o imposto sobre as grandes fortunas, imposto sobre heranças e sobre transações financeiras;***

## **20 anos de governos do PSDB em São Paulo**

Quando o governador Mario Covas/PSDB foi eleito em 1995 a principal proposta dele era o choque de gestão. Em São Paulo já são 20 anos que o PSDB vem fazendo choque de gestão, mas o resultado desse choque foi a piora dos serviços públicos e a privatização da estrutura pública.

Restaram poucas empresas públicas no Estado. Dentre elas a Sabesp que é responsável pelo fornecimento de água para capital e boa parte do Estado. Nos últimos anos, já sabendo da ameaça da seca, ao invés do governo, principal acionista, investir na empresa garantindo obras que reduzisse as perdas na distribuição e melhoria na coleta, ampliando os reservatórios e a interligação, ele optou por repartir os lucros com os acionistas. Os preços dos pedágios em São Paulo são vergonhosos. Não se vê justificativa um pedágio tão caro, segundo informação do portal M com o reajuste de junho São Paulo passa a ter o pedágio mais caro do mundo. Quem anda pelas estradas de São Paulo, que foram construídas com dinheiro público, sabe que o que se cobra é muito mais do que vale, além de encarecer o custo de vida no Estado.

Na área de saúde a expansão hospitalar foi terceirizada, passando a gestão dos hospitais para fundações ou Organizações Sociais. Na educação São Paulo sendo o Estado mais rico do país

paga mal seus professores. O piso salarial dos professores do Estado, segundo a APEOESP é o 11º do país, ficando atrás de estados mais pobres como Maranhão, Acre, Rondônia. Além disso, a marca do governo e de truculência e desrespeito com os movimentos sociais. Vimos isso novamente na greve dos professores desse ano. O governo não negociou, reprimiu e ainda descontou os dias dos professores (processo só revertido por decisão judicial). Para agravar o governo agora tem a política de fechar escolas.

As universidades públicas paulistas são tratadas com descaso pelo governador. Diante do argumento da autonomia o governo se desobrigou de investir e apresentar alternativas para que o ensino superior possa ampliar e ser mais inclusivo.

A segurança é outro problema crônico no Estado. O governo ampliou a construção de presídios, mas continua com uma polícia militar violenta e matadora. Segundo dados do Núcleo de Estudos da Violência (USP) 40% dos distritos de São Paulo tem taxas de homicídios acima de 10 por 100 mil habitantes. A morte tem idade e cor. A juventude negra é a principal vítima dos homicídios. A lógica continua sendo: oprime os negros e os pobres para proteger o patrimônio dos ricos. Negros e pobres nas grandes cidades, principalmente na capital, sofrem um apartheid social e cultural, sendo segregados nas periferias. A política de segurança com base no confronto faz suas vítimas, enquanto o crime organizado continua agindo por dentro dos presídios recrutando jovens para o crime e quando libertos são obrigados a arcar com mensalidades em torno de R\$ 1 mil, para sustentar a organização, criando um ciclo vicioso para a juventude.

São Paulo retrocedeu nos 20 anos de governo do PSDB. Apesar disso, o governo segue com força, tem amplo apoio na assembleia legislativa. É blindado pela mídia e reflete e articula o pensamento conservador da elite paulista, sustentado pela importância econômica do Estado que detém cerca de 33% do PIB nacional. Esse número vem caindo: a indústria, que representava 33,5% da economia paulista em 1995, passou para apenas 25% em 2012. Já o setor de serviços, saltou de 64,9% em 1995 para 73,1% em 2012. A perda do “motor” da economia paulista está clara.

Não há na política de ajuste dos tucanos caminhos para retomar um desenvolvimento no Estado comprometido com políticas sociais.

- ***O STU deve articular um conjunto de discussões e debates com vistas a construir uma alternativa política que busque na defesa das políticas públicas, do emprego e da democracia, para mudar os rumos de São Paulo, contribuindo dessa forma para a derrota das políticas conservadoras e neoliberais.***

**As discussões sobre opressão e discriminação que envolvem as questões de gênero, racial e LGBTT, que não foram tratadas na tese, serão objetos de um documento específico que o ALERTA UNICAMP apresentará no XIII Congresso.**

**Convidamos você a ler a tese do ALERTA UNICAMP e participar do XIII Congresso dos trabalhadores da Unicamp.**

**Assinam a tese MILITANTES DO ALERTA UNICAMP atuais diretores do STU:**

**João Raimundo (Kiko) FE, Margarida – Caism, Marcílio – CCS, Cido – Ciarq, Beth – IB, Silvia – Dedic, Dora – HC, Luiz Manoel – FT Limeira e Beeroth – FEF.**